



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140963 - SP (2021/0004506-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MATHEUS AGOSTINHO AGORRETA (PRESO)
ADVOGADOS : MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI - SP272170
LARA CAROLINE DE ALMEIDA - SP418701
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MATHEUS AGOSTINHO AGORRETA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC no. 2020.0000832077).

O paciente foi preso em flagrante em 10 de junho de 2020, tendo sido a prisão convertida em prisão preventiva pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem contra a referida prisão cautelar foi denegado (Fls. 63/70)

Sustenta a falta de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva e a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar. Além disso, alega o risco de contaminação do paciente pela covid-19.

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ou ainda seja concedida prisão domiciliar ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando-se que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do acórdão recorrido, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte: (fls. 70)

E sobre revogar a prisão, em razão da pandemia que efetivamente assola o planeta, ela não deve servir de salvo conduto para a prática de crimes ou ainda para isentar de responsabilização aqueles que estão sendo acusados da prática deles, cumprindo anotar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

Por fim, insta salientar que a Secretaria de Administração Penitenciária SAP tem adotado providências necessárias para evitar a propagação da pandemia nas unidades prisionais do Estado de São Paulo, como isolamento dos possíveis infectados e tratamento adequado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente